



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Seção Criminal**

REVISÃO CRIMINAL Nº: **0294899-4**

COMARCA : Recife - 2ª Vara do Tribunal do Júri  
REQUERENTE : Luciano José da Silva  
REQUERIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
PROCURADOR : Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto

**EMENTA:**

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. REVISÃO CRIMINAL COM BASE NO ART. 621, I, DO CPP. HOMICÍDIO QUALIFICADO POR MOTIVO FÚTIL E USO DE RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA (ART. 121, §2º, II E IV). ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. ACUSADO QUE TEVE DEFESA TÉCNICA AMPLA, INCLUSIVE, COM INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO. DECISÃO EXARADA COM APOIO NO ACERVO PROBATÓRIO. INDEFERIMENTO.**

**I - A alegação cerceamento de defesa se mostra incabível, haja vista que durante todo o processo o revisionando foi assistido por Defensor Público. Em audiência de oitiva de testemunhas, foi assistido pelo Dr. José Antônio Fonseca de Mello (fls. 132/134), em seu interrogatório judicial foi acompanhado da Dra. Maria Das Dores Bezerra (fls. 143/144) que, inclusive, participou ativamente de seu interrogatório, fazendo-lhe perguntas. Também subscreveu suas Alegações Finais (fls. 147). Na Sessão do Júri voltou a ser defendido pelo Dr. José Antônio Fonseca de Mello (fls. 205), o qual recorreu da sentença condenatória (fls. 218/222).**

**II - Indeferimento do pedido revisional. Decisão Unânime.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Revisão Criminal nº 0294899-4**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Seção Criminal** do



W

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Seção Criminal**

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, **em indeferir o Pedido de Revisão**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 02 de maio de 2013.

**Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Seção Criminal**

REVISÃO CRIMINAL Nº: **0294899-4**

COMARCA : Recife – 2ª Vara do Tribunal do Júri  
REQUERENTE : Luciano José da Silva  
REQUERIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
PROCURADOR : Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto

**RELATÓRIO**

---

**LUCIANO JOSÉ DA SILVA**, qualificado nos autos (fl. 02), foi denunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV, do CPB (homicídio qualificado por motivo fútil e recurso que impossibilitou a defesa da vítima), tendo sido condenado pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital **à pena definitiva de 16 (dezesseis) anos de reclusão**, a ser cumprida inicialmente em regime fechado (fls. 211/212).

Houve recurso de Apelação, julgado pela 2ª Câmara Criminal, que manteve a sentença condenatória. Acórdão proferido às fls. 251, com trânsito em julgado em 16.03.2012, conforme Certidão de fls. 273. **Não foi questionada nulidade processual por ausência de defesa técnica em sede de apelação.**

Narra a atrial acusatória, em suma, que no dia 16/12/2008, por volta das 10h50, na Rua Santa Edwirges, no bairro de Afogados, **LUCIANO JOSÉ DA SILVA**, utilizando-se de uma faca, desferiu vários golpes no tórax e no abdome da sua ex-companheira MARIA SEVERINA DA CONCEIÇÃO, causando-lhe os ferimentos descritos na ficha de esclarecimento do Hospital da Restauração, para onde a mesma foi socorrida e veio a falecer em decorrência dos ferimentos sofridos, conforme atesta a Guia de remoção de cadáver do HR para o IML, para fins de perícia.

Ainda segundo a Denúncia, o acusado se encontrava separado da vítima há aproximadamente um ano, e no dia do fato delituoso encontrou-se com esta quando a mesma se dirigia ao trabalho e a esfaqueou, sem dar qualquer chance da vítima se defender. E, segundo relato do denunciado, o motivo do crime foi ter se aborrecido



304  
ans

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Seção Criminal**

com a ex-companheira e se sentido desmoralizado quando a mesma lhe propôs ficar com ele e com um amante de nome Eliezer, ou seja, por motivo fútil.

Irresignado, e com fundamento no art. 5º, inciso LV, alínea "d", da Constituição Federal, e arts. 621, inciso I, 622, *caput*, 623, 624, § 2º, 625 e seus incisos, e 626, todos do CPB, e art. 26, inciso I, alínea "b", do RITJPE, LUCIANO JOSÉ DA SILVA interpôs a presente Revisão Criminal, com o intuito de desconstituir a sentença condenatória proferida no julgamento da ação penal nº 53837-41.2008.8.17.0001, que lhe foi desfavorável, eis que, **enquanto processado, não teve direito à habilitação de advogado para patrocinar sua defesa, nem tampouco nomeação de defensor pelo juízo processante**, violando o art. 261 do CPP.

**Objetiva, assim, a nulidade do processo a partir da inquirição da Sra. Renilda Alexandre Domingos Correia, às fls. 88-90, por cerceamento de defesa**, com o consequente relaxamento da sua prisão, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

A presente Revisão Criminal foi distribuída em 17 de janeiro de 2013 (fl. 292).

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça Criminal, na pessoa do Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto, às fls. 299-300 ofereceu parecer, opinando pela **improcedência** do pedido de revisão criminal, sob o fundamento de que o mesmo não se adequa a nenhuma das hipóteses taxativas previstas nos incisos do art. 621 do Código de Processo Penal.

Está feito o relatório.

À douta revisão.

Recife, 19 de abril de 2013.

**Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Seção Criminal**

W

REVISÃO CRIMINAL Nº: **0294899-4**

COMARCA : Recife - 2ª Vara do Tribunal do Júri  
REQUERENTE : Luciano José da Silva  
REQUERIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
PROCURADOR : Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto

**VOTO**

---

Consoante relatado, **LUCIANO JOSÉ DA SILVA**, qualificado nos autos (fl. 02), foi denunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos II e IV, do CPB (homicídio qualificado por motivo fútil e recurso que impossibilitou a defesa da vítima), tendo sido condenado pelo Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital à pena definitiva de 16 (dezesseis) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Narra a atrial acusatória, em suma, que no dia 16/12/2008, por volta das 10h50, na Rua Santa Edwirges, no bairro de Afogados, **LUCIANO JOSÉ DA SILVA**, utilizando-se de uma faca, desferiu vários golpes no tórax e no abdome da sua ex-companheira **MARIA SEVERINA DA CONCEIÇÃO**, causando-lhe os ferimentos descritos na ficha de esclarecimento do Hospital da Restauração, para onde a mesma foi socorrida e veio a falecer em decorrência dos ferimentos sofridos, conforme atesta a Guia de remoção de cadáver do HR para o IML para fins de perícia.

Ainda segundo a Denúncia, o acusado se encontrava separado da vítima há aproximadamente um ano, e no dia do fato delituoso encontrou-se com esta quando a mesma se dirigia ao trabalho e a esfaqueou, sem dar qualquer chance da vítima se defender. E, segundo relato do denunciado, o motivo do crime foi ter se aborrecido com a ex-companheira e se sentido desmoralizado quando a mesma lhe propôs ficar com ele e com um amante de nome Eliezer, ou seja, por motivo fútil.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Seção Criminal**

O revisionando objetiva desconstituir a decisão soberana da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, ao argumento de que não teve direito à habilitação de advogado para patrocinar sua defesa, nem tampouco nomeação de defensor pelo juízo processante, sustentando cerceamento de defesa.

**Nenhuma razão assiste ao revisionando** relativamente à alegação de cerceamento de defesa, mormente porque este teve defensor constituído nos autos, que acompanhou toda a instrução processual, logo, seu direito à ampla defesa no processo foi respeitado.

Como bem observou o douto Procurador de Justiça em Matéria Criminal, Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto (fl. 300):

*"Não há que se falar em nulidade processual uma vez que o revisionando, em todo o percurso da instrução, foi devidamente acompanhado por defensor, não sendo possível admitir a hipótese da defesa."*

Não basta mero pedido de revisão do édito condenatório, afigurando-se imprescindível a demonstração inequívoca de qualquer das possibilidades trazidas nos incisos do art. 621 do CPP para a revisão criminal.

O revisionando não logrou demonstrar qualquer das hipóteses autorizadas da revisão pretendida. **A alegação cerceamento de defesa se mostra incabível, haja vista que durante todo o processo o revisionando foi assistido por Defensor Público.** Em audiência de oitiva de testemunhas, foi assistido pelo Dr. José Antônio Fonseca de Mello (fls. 132/134), em seu interrogatório judicial foi acompanhado da Dra. Maria Das Dores Bezerra (fls. 143/144) que, inclusive, participou ativamente de seu interrogatório, fazendo-lhe perguntas. Também subscreveu suas Alegações Finais (fls. 147). **Na Sessão do Júri voltou a ser defendido pelo Dr. José Antônio Fonseca de Mello (fls. 205), o qual recorreu da sentença condenatória (fls. 218/222).**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Seção Criminal**

Nesse sentido:

REVISÃO CRIMINAL DE SENTENÇA - ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO PROCESSO, POR NÃO TER SIDO FUNDAMENTADA A DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA - **ALEGAÇÃO QUE NÃO SE INSERE DENTRE AS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 621 DO CPP PARA A REVISÃO DA SENTENÇA** - ACOLHIDO O PARECER DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. REVISIONAL NÃO CONHECIDA. (7869336 PR 786933-6 (Acórdão), Relator: Roberto De Vicente, Data de Julgamento: 12/04/2012, 2ª Câmara Criminal em Composição Integral, undefined)

*In casu*, o revisionando teve defensor constituído e ampla defesa técnica, não havendo que se falar em cerceamento de defesa e nem tampouco nulidade do processo.

A condenação do revisionando LUCIANO JOSÉ DA SILVA, pelo cometimento do crime de homicídio duplamente qualificado, foi confirmada, na Apelação Criminal nº 0240775-8, pela Segunda Câmara Criminal do TJPE, em decisão cuja ementa junto aos presentes autos em 02 (duas) laudas. Após o trânsito em julgado dessa decisão colegiada, em 16.03.2012, a mesma defensora do Revisionando, ingressou com Habeas Corpus Substitutivo de Revisão Criminal nº 0280244-0, que foi julgado em 22.11.2012, com Relatoria do eminente Des. Antonio Carlos Alves da Silva, denegando-se a ordem por unanimidade. As alegações de nulidade são as mesmas da presente Revisão: cerceamento e inexistência de defesa técnica. Trago aos autos cópia da decisão do Habeas Corpus em 04 (quatro) laudas.

Como é consabido, a Revisão Criminal é, por sua natureza, uma ação rescisória, que visa reexaminar decisão condenatória proferida por Juiz Singular ou Tribunal, em que há vício de procedimento ou de julgamento.

Na lição de GUILHERME DE SOUZA NUCCI, Revisão Criminal:

***"É uma ação penal de natureza constitutiva e sui generis, de competência originária dos tribunais,***



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Seção Criminal**

destinada a rever decisão condenatória, com trânsito em julgado, quando ocorreu erro judiciário. Trata-se de autêntica ação rescisória na esfera criminal, [...]. Ora, é justamente essa a função da revisão criminal: sanar o erro judiciário, que é indesejado e expressamente repudiado pela Constituição Federal."Destaque nosso.

"O acolhimento de pretensão revisional, na esfera criminal, há de ser excepcional, pois o que se pretende é alterar a coisa julgada. Assim, eventual contradição ao texto da lei e à evidência dos autos deve exsurgir cristalina nos autos, sem a necessidade de interpretação duvidosa ou análise puramente subjetiva das provas." (NUCCI. Guilherme de Souza. Código de Processo Pena comentado. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2009.)

Por todo o exposto, e em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pelo indeferimento do Pedido Revisional.**

É como voto.

Recife, 02 de maio de 2013.

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator





TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
318

08k

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Seção Criminal**

**REVISÃO CRIMINAL Nº: 0294899-4**

**ÓRGÃO JULGADOR** : Seção Criminal  
**COMARCA** : Recife – 2ª Vara  
**REQUERENTE** : Luciano José da Silva  
**REQUERIDO** : Justiça Pública  
**PROC. DE JUSTIÇA** : Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto  
**RELATOR** : Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho  
**REVISORA** : Desª Alderita Ramos de Oliveira  
**REVISOR SUBST.** : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

**VOTO DE REVISOR**

---

**Luciano José da Silva**, qualificado nos autos da Ação Penal nº 0053837-41.2008.8.17.0001 (fls.07), foi denunciado (fls. 08/10) como incurso nas sanções previstas no art. 121<sup>1</sup>, §2º, II e IV, do CP, tendo sido condenado à pena de **16 (dezesesseis) anos de reclusão**, a ser cumprida em regime inicial fechado, conforme sentença de fls. 211/212.

O requerente interpôs recurso de apelação (fls. 217/222), entretanto, à **unanimidade de votos**, a 2ª Câmara Criminal, em sessão realizada no dia 17 de novembro de 2011, negou provimento ao apelo, tendo o Acórdão transitado em julgado para a defesa, conforme certidão de fls. 273.

---

<sup>1</sup>Art 121. Matar alguém:

**Homicídio qualificado**

§ 2º Se o homicídio é cometido:

II - por motivo fútil;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Seção Criminal**

Com fulcro no art. 621, incs I<sup>2</sup>, do Código de Processo Penal, o acusado interpôs a presente Revisão Criminal (fls.02/0/6) alegando **cerceamento de defesa, sob a argumentação de que não teve direito à habilitação de advogado para patrocinar sua defesa, nem nomeação de defensor pelo juízo processante**, pleiteando a anulação da ação penal originária, a partir da inquirição da Sr<sup>a</sup> Renilda Alexandre Domingos Correia, às fls. 94/96, com o conseqüente relaxamento da prisão do revisionando.

A lei procedimental delimitou os casos de cabimento da ação de que se trata, *ex vi* do disposto do art.621 e seus incisos e do art.626, *caput*, *in fine*, ambos do C.P.P., máxime em razão do caráter excepcional da revisão, constituindo a hipótese expressa no inciso I do art. 621, do CPP (quando a sentença condenatória for contrária a texto expresso de lei), fundamento do pedido revisional em análise.

Compulsando os autos da ação principal, verifico que ao acusado foi assegurada ampla defesa, tendo sido o mesmo assistido por profissional habilitado, durante todo o percurso processual, seja este constituído pelo próprio réu, seja este nomeado pelo juízo processante, não havendo se falar em cerceamento de defesa.

Observe-se que a defesa preliminar, em resposta à acusação, foi devidamente apresentada por Defensor Público, o Sr. Francisco de Assis, OAB/PE nº 23.982, consoante fls. 71/72 e, durante a instrução criminal, na oitiva das testemunhas de acusação, o acusado foi devidamente acompanhado de advogada particular, a Bela Tatiana Emília da Hora, OAB/PE nº 22910-D, conforme se vê às fls. 94/96.

Depreende-se ainda dos autos que o revisionando informou ao juízo de primeiro grau, em audiência de continuação para colheita dos depoimentos testemunhais, que não tinha condições de continuar com advogado, razão pela qual lhe foram nomeados os defensores públicos José Antônio Fonseca e Maria das Dores Bezerra, atuantes naquela vara, para continuar na sua defesa (fls.132/134), os quais persistiram até o oferecimento das razões de apelo.

<sup>2</sup> Art. 621. A revisão dos processos findos será admitida:

1 - quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Seção Criminal**

Note-se, portanto, que não há como amparar pedido revisional, tendo em vista que ao acusado foi oferecido amplo direito de defesa, tendo este habilitado advogado para patrocinar a sua defesa, bem como, na sua falta, foi-lhe nomeado defensor público.

Ressalta-se que ao revisionando foi oportunizado o direito de constituir advogado, conforme assentada de fls. 118, por ocasião de audiência não realizada por ausência das representantes do Ministério Público e de sua advogada constituída, não sabendo este informar se a mesma ainda patrocinaria a sua defesa, fato este ratificado em audiência seguinte, às fls. 132, em que o acusado declina não ter condições de continuar com advogada, sendo-lhe nomeado defensor público.

Desta forma, não há se falar em nulidade processual por cerceamento de defesa, tendo em vista que não resultou nenhum prejuízo ao réu que não ficou desprovido de defesa, primando o juízo singular pela observância dos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

Aliás, no processo penal pátrio, no cenário das nulidades, vigora o princípio geral de que somente se proclama a nulidade de um ato processual quando há a efetiva demonstração de prejuízo (art. 563 do CPP e Súmula nº 523 do STF), o que não é o caso dos autos.

Nestes termos, em consonância com o parecer da Douta Procuradoria de Justiça, pelo indeferimento do pedido de revisão criminal, é como voto.

Recife, 23 de Abril de 2013

Revisão - Su.  
02/05/2013

**Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida**  
**Revisor Substituto**